

MIDB define hoje suas tendências

Da sucursal de
BRASÍLIA

A convenção nacional do MIDB, marcada para esta manhã, no auditório Nereu Ramos, da Câmara, que comporta pouco mais de 200 poltronas, não deverá ter a mesma movimentação das anteriores, quando "autênticos" e "moderados" se confrontavam acirradamente no plenário, algumas vezes quase se agredindo. Espera-se ambiente "morno" e se houver divergência ficará por conta da execução da campanha de pregação da convocação da Constituinte, pois a tese hoje é aceita por todo o partido.

Apesar disso, dizia-se no início da noite de ontem que o líder Franco Montoro tinha restrições ao texto final do documento, que o partido vai divulgar na convenção pelo senador Paulo Brossard ou pelo deputado Aldo Fagundes. O senador paulista, no entanto, disse apenas ter sugerido modificações na forma e não no conteúdo.

O líder da bancada na Câmara, Freitas Nobre, por sua vez, não escondia sua satisfação, depois do seu segundo encontro com Ulysses Guimarães, no final da tarde. Segundo ele, o documento "é corajoso", com análise crítica dos aspectos políticos, sociais e econômicos do País, marcando a posição do MIDB nestes problemas e apontando o ruído da democratização.

Ontem, só pela movimentação de alguns gabinetes de líderes e dirigentes do partido tinha-se a impressão de véspera de convenção nacional. Foram raros os delegados regionais presentes aos corredores do Congresso e mesmo na sala do secretário-geral Thales Ramalho nada houve de extraordinário, com seus poucos funcionários preparando as pastas que serão distribuídas a cada convencional.

Dois pontos dominam o MIDB: a redação do documento que justificará a posição do partido favorável à convocação da Constituinte e como executar a campanha nacional de promoção dessa tese. As várias conversas de Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, Roberto Saturnino, Tancredo Neves, resultaram, praticamente, no consenso em torno da redação. Ulysses Guimarães admitiu que um pedido de anistia pode constar do documento.

O líder Freitas Nobre teve dois encontros com o presidente do partido, afirmando depois que a nota representará, unanimemente, o lançamento da proposta da convocação da Constituinte. Negou, com veemência, a versão de que a tese seria um verdadeiro "elefante-branco" do MIDB.

"Absolutamente. A bandeira da Constituinte é uma grande solução para restabelecer a normalidade democrática. A campanha não será esvaziada e nem se constituirá num grande peso morto no partido. Salvo se o governo resolver antes redemocratizar o País" — frisou.

Apesar disso, o vice-líder no Senado, Itamar Franco, continua achando que a convenção só deveria ter sido convocada depois de resolvido o problema da escolha do sucessor de Geisel. Já os deputados paulistas Dias Menezes e Aurélio Campos não acreditam no êxito da campanha pró-Constituinte, entendendo que o MIDB vai aprovar o manifesto à Nação e tudo não passará disso.

Otimista, Freitas Nobre disse, uma vez aprovada a proposta na convenção, que "todos nós estaremos em campanha pela convocação da Constituinte". Vai reservar tempo no plenário para pronunciamentos favoráveis à tese, até o final do período legislativo deste ano, a 5 de dezembro.

O documento, se não prevalecer a posição hostil de Montoro, será adotado por unanimidade. Essa posição resultou de muita conversa, iniciada na semana passada entre os membros da comissão de redação — Paulo Brossard, Roberto Saturnino, Tancredo Neves e Aldo Fagundes. Houve três textos para debate e, depois de unificados, foi submetida a redação a Ulysses Guimarães que, dizem, não teria gostado muito. Outras versões dão conta de que o texto "morno" foi proposital, a fim de permitir maior participação do líder Freitas Nobre, representante da grande parte da bancada na Câmara. Isso parece procedente, pois a liderança conseguiu muitas mudanças na redação, depois de dois encontros com Ulysses.

A palavra "diálogo", por exemplo, não será mencionada especificamente, dado a resistência que ainda existe ao reinício dos entendimentos. Mas ficará entendido que o MIDB não fecha a porta ao entendimento, desde que o governo apresente proposta concreta de democratização.

O MIDB deixará claro que não pensa em "revanchismo", mas faz apelo à concórdia, sem deixar de criticar as rupturas à ordem jurídica, como cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e o "pacote" de abril.

Apesar de sugerida, o documento não fará referência à participação das Forças Armadas na luta contra o nazi-fascismo na Itália, revelando-se que essa proposta foi considerada "impertinente" num texto que defende a convocação da Assembleia Constituinte.

Freitas Nobre, indagado sobre a execução da campanha pró-constituinte, confessou que não é fácil de colocar o problema, mas acha que a direção nacional deverá delegar aos diretórios regionais competência para organizar seus próprios planos, "sem abrir mão do seu direito de coordenar a pregação em todo o País".

Essa posição, porém, encontra opositores na bancada e, ontem, uma moção reivindicando o início da abertura da campanha no dia 20 próximo recebeu mais de 50 assinaturas, inclusive de numerosos "moderados".

Jarbas Vasconcelos, presidente do MIDB pernambucano, defendeu junto a Ulysses Guimarães a estruturação da campanha pela direção nacional, a fim de que a tese não caia no vazio.

O dia 20 foi sugerido em homenagem a 18 de setembro de 1946 — que cal num domingo. O documento pedindo a organização da campanha foi preparado antecorrem à noite, numa reunião informal de deputados eleitos em 1974, que ficaram conhecidos como "neo-autênticos".

Mas houve numerosas adesões de "moderados" à proposta, que será submetida à convenção, pedindo um "roteiro mínimo". Será também sugerida a realização de seminários regionais de lideranças para o aprofundamento da tese, com reuniões populares.

Só não existe consenso sobre a campanha pela Constituinte

Das sucursais e dos
correspondentes

A grande maioria dos diretórios regionais do MIDB apoiará hoje, na Convenção Nacional do partido, a tese da Constituinte eleita livremente, com prévia eliminação da legislação excepcional e anistia ampla e irrestrita. Há alguma variação nessas condições, e mesmo divergências com relação ao momento mais oportuno para a convocação da Constituinte, mas de maneira geral as posições são de apoio. Parece haver, também, um consenso no sentido de rejeitar qualquer diálogo com a Arena.

As propostas mais amplas e claras parecem estar consubstanciadas no pronunciamento que o deputado Pedro Simon, presidente regional do MIDB gaúcho, fará hoje na Convenção. Os três itens básicos de seu discurso serão o apoio integral do diretório regional à luta pela Assembleia Constituinte, as formas de conduzir a campanha em todo o País e uma tomada de posição em relação ao diálogo promovido pelo senador Petrólio Portella. A Constituinte, segundo Simon, deverá ser precedida do livre debate, "com a extinção da censura à imprensa em geral e a revogação dos atos de exceção".

O MIDB gaúcho considera também inconveniente a transformação do atual Congresso ou do próximo em Constituinte, e sugere a mobilização de todos os níveis parlamentares, com discursos no Senado, Câmara, Assembleias e Câmaras Municipais; a promoção de concentrações pelos diretórios municipais; a divulgação do documento a ser aprovado pela convenção e a formação de caravanas com líderes de prestígio nacional para percorrerem os Estados.

O diálogo é considerado "desnecessário" pelos gaúchos, pois "se o governo deseja realmente uma abertura, basta que envie projetos nesse sentido ao Congresso, que eles terão o apoio da

oposição, ainda que representem aperfeiçoamentos parciais". Quanto à ideia da elaboração de um "projeto alternativo", o MIDB do Rio Grande do Sul acha que ela deve ser desenvolvida apenas no segundo semestre de 78.

Os diretórios regionais do MIDB no Espírito Santo, em Pernambuco e em Mato Grosso têm posições semelhantes às do MIDB gaúcho, embora alguns mato-grossenses acusem a cúpula da Executiva regional de ter decidido arbitrariamente sobre as propostas do diretório à convenção. Já o MIDB baiano, embora apoie a tese da Constituinte, é também favorável ao diálogo com a Arena, "desde que as duas partes discutam seus pontos de vista para chegar a um denominador comum".

OUTRAS SUGESTÕES

Os dirigentes do MIDB no Rio Grande do Norte defendem a Constituinte, mas acham que deve ser eleita depois do pleito legislativo de 78 e ressaltam que só manterão seu apoio à tese se a Assembleia não vier a ser constituída "por deputados radicais de direita ou de esquerda". Adiantam, porém, que estão dispostos a fazer numerosas concentrações públicas, para conscientizar o povo da necessidade da Constituinte.

O diretório regional do Paraná faz duas sugestões: se a Constituinte for aprovada hoje, em Brasília, o partido deverá entrar em contato formal com a OAB e a CNBB, demais entidades e mesmo o empresariado, para viabilizá-la politicamente; além disso, a campanha nacional pela Constituinte deverá ser orientada pelo diretório nacional, porque "não se pode deixar a critério dos diretórios estaduais a mobilização do partido em torno dessa ideia". O MIDB de Sergipe também lutará por uma campanha de mobilização popular a favor da Constituinte, considerando a anistia ampla, total e irrestrita como "premissa fundamental para a reconciliação nacional".

Essa é também a premissa defendida pelo MIDB maranhense, para o qual, fora da Constituinte livremente eleita, só há duas alternativas: autodissolução ou "engajamento farisaico no Sistema". Já o presidente regional do MIDB goiano, Anapolino de Faria, pretende, durante a Convenção, acertar detalhes com a cúpula nacional para a realização em Goiânia, no fim deste mês, de um simpósio sobre a necessidade de uma Constituinte, ao qual seriam convidados Paulo Brossard, Marcos Freire, Freitas Nobre e, provavelmente, Franco Montoro.

Paralelamente, o diretório municipal do MIDB de Anápolis — principal reduto oposicionista no Interior de Goiás — apresentará à Convenção Nacional, através do deputado Ademar Santillo, proposição no sentido de que se realizem, no próximo ano, apenas eleições para o Legislativo, com livre acesso aos meios de comunicação; convocação da Constituinte a ser instalada em 79; e eleições para os governos estaduais em 1980.

O MIDB do Pará propõe uma tomada de posição diante das constantes modificações na legislação eleitoral. Quanto à Constituinte, o presidente regional em exercício, Carlos Vinagre, disse que sua posição dependerá do programa a ser apresentado pela direção nacional.

Os oposicionistas do Acre vão apoiar a Constituinte, mas acham que a tese "não vai vingar, porque depende do presidente da República". É possível mesmo que o presidente regional acreano, Ruy da Silveira Linho, nem compareça à convenção. E o MIDB do Ceará, finalmente, primou pela indefinição: "Nossos representantes estão instruídos no sentido de assistirem até em branco, com a orientação do senador Mauro Benevides", segundo explicou o vice-presidente do diretório, deputado Castelo de Castro. A única coisa definida, acrescentou, é a defesa de "uma maior profundidade no diálogo entre as lideranças".